

O DESENVOLVIMENTO ECONOMICO REGIONAL DO BRASIL¹

REGIONAL ECONOMIC DEVELOPMENT OF BRAZIL

**Cristiane Fernanda Klein
Jandir Ferrera de Lima**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE

RESUMO

Este artigo analisa o estágio de desenvolvimento econômico regional das Mesorregiões do Brasil. Para isto utilizou-se o conceito dos estágios de desenvolvimento econômico e como base metodológica foi construído o Índice de Desenvolvimento Econômico Regional (IDER), utilizando variáveis sociais e econômicas. Os resultados apontaram que em todo território brasileiro houve uma melhora no nível de desenvolvimento de 2000 para 2010, mas ainda persistem disparidades entre as Mesorregiões. As Mesorregiões em estágio avançado, em 2000, se concentravam no Distrito Federal, São Paulo e Rio de Janeiro, e em 2010 o Espírito Santo e Paraná também passaram a ter regionalidades em estágio avançado. Enquanto as Regiões Sudeste e Sul apresentaram regiões mais desenvolvidas o Norte e Nordeste e algumas partes do Centro-Oeste ainda apresentam localidades mais retardatárias. Por fim, as Regiões mais desenvolvidas possuem uma maior taxa de urbanização, uma maior representatividade dos setores secundário e terciário, maiores níveis de renda e assim menores gastos com programas sociais. As regiões menos desenvolvidas mostram um perfil oposto.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional, Economia Brasileira, Desenvolvimento Econômico.

ABSTRATC

This research analyzes the stage of regional economic development of Brazil's regions. For this was used the concept of stages of economic development and as a methodological basis was constructed the Regional Economic Development Index (REDI), using social and economic variables. The results showed that in all Brazilian territory there was an improvement in the level of development 2000 to 2010, but persisting disparities between regions. The regions at an advanced stage, in 2000, were concentrated in the Distrito Federal, São Paulo and Rio de Janeiro States, and in 2010 Espírito Santo and Paraná States also started having advanced rationality. While the Southeast and South Brazilian regions showed more developed regions, the North and Northeast Regions and some parts of the Midwest still have more laggards' locations. Finally, the more developed regions have a higher rate of urbanization, greater representation of the secondary and tertiary sectors, higher levels of income and thus lower spending on social programs. Less developed regions show an opposite profile.

Keywords: Regional development, Brazilian Economy, Economic Development.

Recebido em 18/01/2016. Aceito em 02/02/2016. Publicado em 31/05/2016.

¹ "Este artigo faz parte de pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica (CNPQ) e pela Fundação Araucária (PR)"

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo analisar o perfil do desenvolvimento econômico regional das mesorregiões brasileiras, no primeiro decênio do século XXI. O grau de desenvolvimento econômico regional foi detectado por meio da construção de um Índice de Desenvolvimento Econômico Regional (IDER), tendo como referência os estudos de Gualda (1995), Ferrera de Lima et al (2012) e Eberhardt (2013).

Os estudos realizados procurando mensurar desenvolvimento econômico, e seus desníveis no Brasil vêm encontrando dificuldade quanto a expressões numéricas que traduzam a evolução em algum período de tempo. Pois mesmo não traduzindo os aspectos qualitativos da evolução ou involução das disparidades, oferece os padrões indicativos das tendências brasileiras (AZZONI, 2002).

Desse modo, as transformações ocorridas no território brasileiro ao longo do século XX tiveram como efeito a criação de disparidades regionais, embora os dados mais recentes revelem a tendência de desconcentração da produção. Ou seja, o modo de produção capitalista trouxe transformações que redefiniram a base econômica das regiões brasileiras. Além de modificar a forma estrutural, funcional e de articulação dos territórios, reconfigurando os espaços e tornaram uns mais dinâmicos que os outros nesse processo de transformação a partir da concentração e centralização dos capitais (SANTOS 1996).

Sabendo das disparidades econômicas que se configuraram entre as regiões brasileiras ao longo do tempo, assim como dos potenciais produtivos de cada uma delas, colocam-se alguns questionamentos: quais as mesorregiões brasileiras com o desenvolvimento econômico e social mais avançado? Quais as mesorregiões que apresentam dinamismo suficiente para avançarem em seu estágio de desenvolvimento? Para responder a estes questionamentos, são utilizadas variáveis econômicas e sociais para compreender os fatores que impedem o desenvolvimento de algumas mesorregiões brasileiras assim como verificar as disparidades intrarregionais.

Conhecendo o nível de desenvolvimento socioeconômico de cada mesorregião do Brasil, podem ser elaboradas políticas de desenvolvimento, para que se possa estimular ao máximo o potencial produtivo de cada área, inclusive das consideradas menos desenvolvidas, para que se possam diminuir as disparidades existentes entre elas.

1. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A QUESTÃO REGIONAL

O conceito desenvolvimento econômico regional decorre da ênfase dada às dinâmicas locais, cuja avaliação sob a perspectiva histórica é estratégica para a compreensão dos fatores a ele relacionados. Fatores que podem ser considerados essenciais para a melhora da qualidade de vida em uma determinada região, podem não ter impacto semelhante em outra (VIEIRA e SANTOS, 2012).

No Brasil a investigação do desenvolvimento econômico regional é realizada a partir de modelos econômicos e suas inter-relações com variáveis como sustentabilidade e crescimento econômico. Mas ainda se identifica grande dificuldade na conceituação da região, pois, além dos espaços físicos, ambientais, culturais, econômicos e políticos, para se identificar uma região é preciso conhecer sua história, pois a região é um espaço dinâmico, em constante transformação. A determinação do espaço geográfico na caracterização de uma região foi continuamente substituída em âmbito acadêmico, nas últimas décadas, por definições de região como resultantes das ações antrópicas, relações sociais, políticas e econômicas (CUNHA, SIMÕES e PAULA, 2005).

A criação dos modelos de desenvolvimento regional separou o espaço geográfico natural do espaço econômico, criando um espaço discriminatório. Em escala global, foram criados dois circuitos: o dos países desenvolvidos e o dos subdesenvolvidos. O desenvolvimento econômico regional inclui fatores relacionados ao campo da cultura e esta é definida em âmbito institucional e social e caracteriza-se por contribuir para o desenvolvimento regional de forma única em cada região (SILVA, OLIVEIRA e ARAUJO, 2012).

O termo desenvolvimento regional, é utilizado como um processo assim como um estágio. Boisier (2000) em sua análise considera as dimensões temporais e espaciais do conceito, sendo que as mudanças podem ser qualitativas e quantitativas. A dimensão temporal está ligada as mudanças ocorridas ao longo do tempo, enquanto que a dimensão espacial varia de acordo com o enfoque esperado. Já autores como Sen (2000) assumem que o desenvolvimento regional seria um estágio social e econômico de uma região ou país, onde se comparam indicadores socioeconômicos entre as regiões ou países.

Enquanto Perroux (1977) preocupou-se com o desenvolvimento regional na ótica da polarização/aglomeração e destacando em seu estudo os efeitos provocados pelas indústrias motrizes na economia, dentro do espaço geográfico que ocupam e atuam. Sobre essa ótica as

unidades motrizes funcionam como elo indutor no investimento, influem nas decisões das outras empresas.

Desta forma, as unidades motrizes exercem um papel de propulsoras, indutoras e de transformações da estrutura regional e local, provocando o aparecimento de novas atividades dinamicamente complementares às próprias ou outras atividades da região especificamente urbanas. O conjunto de atividades atua de forma articulada no sentido de causação na transmissão de impulsos de crescimento para toda estrutura da economia regional, especificamente para o centro urbano (HIRSCHMAN, 1961).

Para Singer (1985) a configuração de um centro urbano polarizado e urbanizado ocorre com a introdução da industrialização. Para ele, as cidades que se configuram como os principais centros comerciais, são as que atraem a industrialização mais intensa e, em consequência, atraem serviços mais especializados e população. Na visão de Myrdal (1972) a instalação de uma indústria de grande porte em uma determinada região poderia gerar o que ele chamou de “*backward effects*” (efeitos de retardamento), para as demais regiões periféricas.

Para Kuznets (1983, 1985, 1986) e Hirschman (1961) o desenvolvimento econômico regional é interdependente. As regiões retardatárias passam por um momento não espontâneo de desenvolvimento, ou seja, elas forçam o desenvolvimento econômico espelhadas nas regiões nas quais o processo de desenvolvimento primeiramente se verificou. Por isso, as regiões retardatárias sofrem o efeito de forças centrípetas oriundas de regiões mais avançadas, o que pode retardar seu processo de avanço.

Pelinski (2007) e Lima (2006) indicam a importância dos investimentos do Estado no desenvolvimento dos municípios e regiões periféricas. Quanto maior o investimento, maiores serão as disponibilidades de recursos para o município se desenvolver economicamente. Porém, o montante investido atinge um nível no qual o município se desenvolve a taxas decrescentes. Isso significa que quanto mais desenvolvida a região, maiores quantias de capital gerarão cada vez menores taxas de crescimento econômico e desenvolvimento. Porém, Piacenti (2009) enfoca o potencial de desenvolvimento endógeno das regiões. Para o autor a atuação dos agentes econômicos da própria região, caracterizados pelos capitais humano e social, para estimular o desenvolvimento econômico e social. No caso, o desenvolvimento econômico é feito pela base, com pouca ou nenhuma intervenção direta do Estado.

No Brasil as etapas do desenvolvimento econômico, são colocadas com base na sua industrialização, traçando como arranco a grande depressão que Segundo Baer (2002) e

Sarmiento (2008) a industrialização foi um dos principais impulsionadores da industrialização. Quando houve um processo de substituição de importações, e de agroexportador o país passou a utilizar a sua capacidade produtiva de produção industrial.

No caso brasileiro, ao se apontar as pré-condições para o arranco, estabelecidas por Rostow (1978), as primeiras indústrias começam a surgir no Brasil a partir da segunda metade do século XIX. Sarmiento (2008) aponta dois fatores que foram decisivos para a aceleração do fluxo de renda brasileiro na segunda metade do século XIX: a extinção do tráfico internacional de escravos; o surgimento da economia cafeeira.

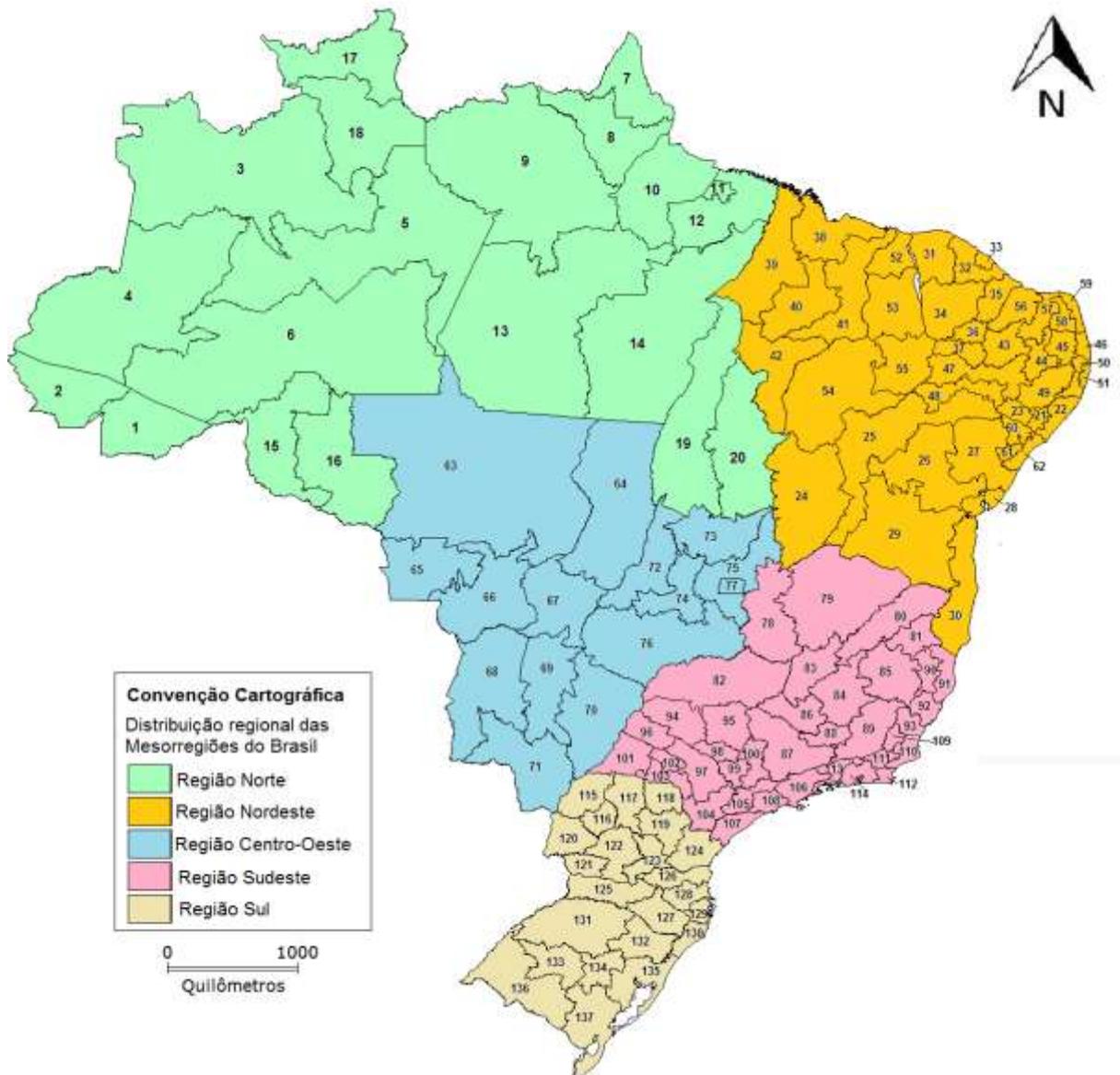
Em seus estudos Rostow (1978) apontou que são necessários 25 anos para que o arranco de uma economia seja diagnosticado, para se distingui-lo de surtos industriais ocorridos no período de pré-condições. No Brasil os surtos industriais brasileiros foram muitos, mas o principal surto de crescimento regular da industrialização, segundo Baer (2002) se iniciou na década de 1930, após o desencadeamento da Grande Depressão de 1929. Então, por analogia, pode-se concluir que em 1954 a economia brasileira já estaria em arranco.

A falha da teoria de Rostow quanto ao caso brasileiro é por analisar em pormenores apenas os países desenvolvidos que já arrancaram. A falta de dados no que se refere aos países insuficientemente desenvolvidos, em sua obra, pode ser vista como uma lacuna. Outro aspecto falho se deve ao fato de industrialização não foi suficiente para a melhoria qualitativa dos padrões de vida da população brasileira Primeiro, porque ela se concentrou, e depois, esbarrou nas barreiras tecnológicas da produção de bens de capital, o que impossibilitou o surgimento de mais setores dinâmicos. (SARMENTO, 2008).

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A análise dos dados tem como unidade espacial as mesorregiões do Brasil. Essa é uma divisão elaborada pelo IBGE, onde os 5.592 municípios existentes no Brasil em 2000 são agregados em 137 mesorregiões geográficas. Apresentados na Figura 1:

Figura 1 - Divisão Territorial das Mesorregiões Brasileiras -2010
Figure 1 - Territorial Division of Brazilian Mesoregions – 2010



Fonte: Manipulado pelo autor.

Nota: Identificação das Mesorregiões em Anexo

Nesta pesquisa foi estimado o Índice de Desenvolvimento Econômico Regional (IDER), para as 137 mesorregiões Brasileiras nos períodos de 2000 e 2010. Como existe uma inter-relação entre todas as variáveis escolhidas para o cálculo do IDER, serão utilizadas técnicas estatísticas multivariadas, que permitem verificar qual o efeito de todas as variáveis do modelo em conjunto. No caso deste trabalho, será utilizada a análise fatorial.

3.1 ANÁLISE FATORIAL (AF)

A análise fatorial é um conjunto de métodos estatísticos que, em certas situações, explica o comportamento de um número relativamente grande de variáveis observadas em termos de um número relativamente pequeno de variáveis latentes ou fatores (PIACENTI et al, 2012). Foram dados quantitativos discretos que buscarão refletir as causas e os efeitos do desenvolvimento, para isso os dados serão intensificados para mostrar de forma mais exata a condição das microrregiões. O método da análise fatorial empregado será o dos componentes principais, para isso serão estimadas várias equações que permitirão mensurar o IDER. Bezerra (2007) elaborou quatro passos para a análise fatorial.

Quadro 1 - Passos para Análise Fatorial
Frame 1 - Steps to Factor Analysis

Estimativa da matriz de correlação	É avaliado o grau de relacionamento entre as variáveis e a conveniência da aplicação da Análise Fatorial
Extração de fatores	Determinação do método para o cálculo dos fatores a serem extraídos. Nessa etapa, busca-se descobrir quanto o modelo escolhido é adequado para representar os dados.
Rotação dos Fatores	Etapa na qual se busca dar maior capacidade de interpretação dos fatores.
Estimativa dos escores	Os escores resultantes desta fase podem ser utilizados em diversas outras análises, como análise discriminante, <i>cluster</i> , regressão logística, etc.

Fonte: Bezerra, (2007, p. 91) e Eberhardt (2013, p. 44).

A partir dos passos apontados no Quadro 2, se estima o IDR.

O método dos componentes principais é utilizado na análise fatorial para decompor em fatores todas as variáveis inseridas no modelo. Isso permite verificar a contribuição de cada fator para a explicação da variância total dos dados da amostra. A partir da Equação 1:

$$X_i = A_{i1}F_1 + A_{i2}F_2 + A_{i3}F_3 + \dots + A_{ik}F_k + E_i \quad 1$$

Em que: A_{ik} = Cargas fatoriais, usadas para combinar linearmente os fatores comuns; F_k = Fatores comuns e E_i = Fator erro

As cargas fatoriais indicam a intensidade em que se relacionam as variáveis originais e os fatores. Seu quadrado indica o potencial de explicação que a variação em uma variável tem sobre um fator. Os fatores comuns são os fatores que não se relacionam entre si e o fator

erro indica a parcela que não é explicada por nenhuma das variáveis inseridas no modelo (BEZERRA, 2007; PEREIRA, 2001).

Fazendo-se a multiplicação dos coeficientes dos escores (ω_{ji}) pelas variáveis originais obtêm-se o valor dos escores fatoriais. Expressados pela seguinte Equação 2:

$$F_j = (\omega_{j1} X_{11} + \omega_{j2} X_{12} + \omega_{j3} X_{13} + \dots + \omega_{jP} X_{1P}) \quad 2$$

$$F_j = \sum_{i=1}^p \omega_{ji} X_i$$

Em que F_j são fatores comuns não relacionados, e os ω_{ji} são os coeficientes dos escores fatoriais X_i são as variáveis e p é o número de variáveis.

Após estimar as cargas fatoriais e os escores fatoriais, o Índice Bruto². Demonstrado na Equação 3:

$$IB = \frac{\sum_{i=1}^p (W_i F_i)}{\sum_{i=1}^p W_i} \quad 3$$

Em que: IB = Índice Bruto; W_i = proporção da variância explicada por cada fator e F_i = escores fatoriais

Seguidamente com base na teoria de W. W. Rostow é feita a estimativa do Indicador de Desenvolvimento Econômico Regional (IDR) proposto por Gualda (1995) e Ferrera de Lima et al (2012), a partir de metodologia análoga a apresentada por Amartya Sen para a construção do “*Human Development Index* – HDI. A Equação 4 representa este indicador:

$$IDR = \frac{X - IB_{min}}{IB_{max} - IB_{min}} \quad 4$$

Sendo: X = Valor do índice bruto da mesorregião; IB_{min} = Valor da mesorregião de menor índice bruto e IB_{max} = Valor da mesorregião de maior índice bruto.

² Índice baseado no estudo de Mello (2006), que teve por objetivo a estimação de um índice de Desenvolvimento Rural.

O Índice de Desenvolvimento Econômico Regional (IDR) é construído com base na região que apresenta o maior valor para cada variável. O indicador parcial que cada região auferir em cada variável está atrelado à mesorregião com maior valor. Ou seja, se uma região aumentou seu índice em relação ao período anterior, esta região obteve aumento proporcional maior que a região que obteve o maior valor para aquela variável. As mesorregiões que aumentaram seu IDR em relação ao período anterior se desenvolveram em um ritmo superior à mesorregião mais desenvolvida.

Quadro 2 - Classificação do Índice de Desenvolvimento Econômico Regional (IDR)
Classification of Regional Economic Development Index (REDI)

IDER Entre 75 e 100	Avançadas
IDER Entre 50 e 75	Em transição
IDER Entre 25 e 50	Estagnadas
IDER Entre 0 e 25	Retardatárias

FONTE: Gualda (1995).

De acordo com o que se propõe a Mesorregião com maior índice obterá valor 100 e a mesorregião com menor índice obterá o valor zero (0). As regiões que apresentaram IDR superior a 75 serão consideradas avançadas, ou seja, apresentam uma dinâmica suficiente da sua base produtiva com potencial competitivo e de consumo. Para Mello (2006) essas regiões devem usar de políticas públicas para consolidar esse nível de desenvolvimento. As regiões que apresentaram IDR entre 50 e 75, foram consideradas em transição, ou seja, apresentam uma estrutura econômica e social em evolução que faz com que sua dinâmica de crescimento seja menor que as regiões avançadas. As mesorregiões com IDR entre 25 e 50 foram consideradas estagnadas, ou seja, persistem algumas “deficiências” sociais e econômicas o que faz o desenvolvimento se estagnar. As regiões com IDR abaixo de 25 foram consideradas retardatárias, pois encontram dificuldades em atrair e reter recursos, o que dificulta seu processo de desenvolvimento econômico.

3.2 DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS

Ainda que as características existentes numa sociedade desenvolvida são mais diversas e não mensuráveis com facilidade, assim como as variáveis relacionadas à renda, as formas de mensurar o desenvolvimento ainda não atingiram um nível geral de aceite.

Assim foram empregados dados secundários de caráter social e econômico referentes às mesorregiões do Brasil, coletados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), além do Banco de Dados do IPEADATA do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e Datasus, para os anos de 2000 e 2010.

Aliando as dificuldades de se encontrar variáveis que representem o estágio de desenvolvimento das Regiões, à dificuldade de encontrar fontes de dados que agreguem os dados para as mesorregiões de todo o Brasil. São utilizados dois momentos no tempo (2000 e 2010)³, para tornar possível mensurar o estágio de desenvolvimento econômico regional comparando as regiões em dois períodos. Têm-se assim as variáveis:

Taxa de Urbanização (2000-2010): população residente na área urbana. É a porcentagem da população que habita a área urbana em relação à população total. A taxa de urbanização identifica a proporção da população que mora na área urbana, quanto maior essa taxa, mais externalidades causarão aos moradores da área urbana. Quanto maior a população urbana, maiores deverão ser os investimentos em transporte público, saneamento básico, saúde, entre outros, ou seja, maior deverá ser a infraestrutura urbana. Mesmo uma maior população urbana gerando maior poluição, maiores filas, e maior tempo para se deslocar, entre outros problemas.

Bolsa Família (2004-2010): foi utilizado o valor gasto com o Bolsa Família em cada região, para sua intensificação foi feita a divisão pela população total, para assim visualizar o gasto por habitante. Esta variável se mostra uma variável relevante ao mostrar um parâmetro da quantidade de famílias que necessitam desse dinheiro. Na relação com o desenvolvimento, se espera que quanto mais desenvolvida a região, menos se gaste por habitante.

Taxa de Homicídios (2000-2009): a taxa de homicídios é a divisão do grupo populacional multiplicado por 100.000 pela população de referência. Espera-se que nas

³ Para as variáveis que não estavam disponíveis no período de análise, se buscou o período que mais se aproximasse. Para os dados que precisarem ser deflacionados, será utilizado o deflator do PIB, fornecido pelo IBGE.

regiões mais desenvolvidas a taxa de homicídios seja menor, pois a os níveis de violência são menores.

Escolaridade (2000-2010): a escolaridade representa pessoas que frequentavam creche ou escola por nível e rede de ensino. Que foi dividido pelo total da população para uma taxa de escolaridade de cada mesorregião. Essa variável retrata a hipótese de que numa sociedade desenvolvida existam níveis maiores de educação.

Exportações (2003-2010): originalmente os dados de exportação são em US\$ FOB. A transformação para R\$ foi feita pela cotação do dólar do fim do período (R\$ 2,8884 para o ano de 2003 e R\$ 1,6654 para o ano de 2010). Para eliminar o efeito tamanho, foi realizada a proporção das exportações como total do PIB, ou seja, a porcentagem que as exportações representam no PIB total. North (1955) trata da importância das exportações no crescimento econômico regional. Quanto maior o nível de exportações atingido pela região, maior será seu crescimento, dado os efeitos de difusão e de encadeamento que a renda advinda das exportações gera na região.

Emprego formal na Agropecuária (2000-2010): total de indivíduos empregados com carteira assinada na agropecuária. Emprego formal na indústria comércio construção civil e serviços (2000-2010): total de indivíduos empregados com carteira assinada na indústria comércio construção civil e serviços. Esta variável será dívida pelo total de empregos de cada mesorregião.

Produto Interno Bruto (PIB) (2000-2010): na agropecuária foi dividido o PIB deste setor pelo PIB total, dessa forma pode-se visualizar a importância do setor para o crescimento de cada mesorregião. Produto Interno Bruto (PIB) nos setores secundário e terciário (2000-2010): foi realizado o mesmo procedimento do PIB da agropecuária. Sendo somados os dois setores, e dividindo-os pelo PIB total, assim foi possível saber qual a representatividade das atividades urbanas para o PIB total, e conseqüentemente para o crescimento da região.

O setor primário ainda se destaca pela importância de: a) Fornecer alimentos para população; b) Capital para a expansão do setor não agrícola; c) Dispor de mão-de-obra para o crescimento e diversificação de atividades na economia; d) Fornecer divisas para a compra de insumos e bens de capital necessários ao desenvolvimento de atividades econômicas e por fim e) Constituir-se mercado consumidor para produtos do setor não agrícola. Para os setores secundário e terciário destaca-se a capacidade de absorção de mão-de-obra, e sua produção de bens e serviços, que atraem bens e serviços para a população (BACHA, 2004).

Produto Interno Bruto *per capita* (2000-2010): soma do valor de tudo que é produzido em bens e serviços de uma região dividida pela população total da mesma região.

Renda Domiciliar (2000-2010): representado pela renda domiciliar *per capita*. Esta variável representa Renda média por domicílio *per capita* para tanto ela não precisa de modificações.

A junção das variáveis sociais e econômicas faz com que se visualize além do crescimento o desenvolvimento de uma região, o que não advém somente do aumento do PIB, mas sim do melhoramento de variáveis sociais e econômicas que proporcionem o bem-estar da sociedade.

4. CORRELAÇÃO ENTRE AS VARIÁVEIS DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL (IDER)

Entre as variáveis utilizadas em ambos os períodos, foram extraídas para o ano de 2000 dois fatores com raiz característica maior que a unidade, condensando as 11 variáveis utilizadas originalmente. Para uma melhor adequação das variáveis ao modelo utilizado, foi feita a rotação de dados através do método *varimax*. Os dados rotacionados indicam que os fatores F1 e F2 explicam 65,562% da variância total das variáveis selecionadas. Na Tabela 2 são apresentadas as cargas fatoriais e as comunalidades para os fatores extraídos das variáveis utilizadas para o ano de 2000.

Tabela 1 - Raiz Característica, porcentual explicado por cada fator e variância acumulada – 2000.

Table 1 - Characteristic root, percentage explained by each factor and accumulated variance – 2000.

Fator	Raiz Característica	Variância Explicada pelo fator (%)	Variância Acumulada (%)
F1	4,179	37,992	37,992
F2	3,028	27,531	65,523

Fonte: Resultados da Pesquisa

No primeiro fator (F1), como mostra a Tabela 2 atividades sociais tiveram mais representatividade tanto positiva como negativamente. Neste fator, três variáveis apresentaram uma alta correlação positiva: A Urbanização, Renda domiciliar *per capita* e o PIB *per capita*. A variável com maior correlação negativa foi o Bolsa Família. Sugerindo duas explicações: a primeira é de que no ano de 2000 ainda não existia o programa no formato

atual. Mas como foram utilizados os dados de 2004 para a variável Bolsa Família, apresenta-se uma segunda explicação de que nas áreas com maior urbanização no ano de 2000 as pessoas possuíam melhores níveis de renda, e dessa forma no ano de 2004 quando se instituiu o Programa Bolsa família nessas localidades.

Tabela 2 - Cargas Fatoriais e Comunalidades das variáveis do IDER – 2000.

Table 2 - Factorial loads and commonalities of REDI variables – 2000.

Variável	F1	F2	Comunalidades
Urbanização	0,893	0,041	0,799
Renda Domiciliar per capita	0,88	-0,127	0,791
Escolaridade	-0,539	0,411	0,459
Homicídios	0,47	0,16	0,246
Bolsa Família	-0,851	0,233	0,778
PIB per capita	0,889	0,002	0,79
PIB Agropecuária	-0,574	-0,707	0,83
PIB Indústria e serviços	0,359	0,763	0,712
Emprego Agropecuário	0,102	-0,894	0,809
Emprego Indústria e Serviços	-0,102	0,894	0,809
Exportação	0,372	-0,218	0,186

Fonte: Resultados da Pesquisa

Para o segundo fator (F2) no qual variáveis econômicas mostraram maiores correlações. A maior correlação positiva ficou com as variáveis, Emprego e PIB na Indústria e Serviços, enquanto as maiores correlações negativas ficaram com o Emprego e PIB na agropecuária. Mostrando que no ano de 2000 em regiões onde as atividades urbanas são mais representativas, a agropecuária mostrava menos “importância”. Um exemplo disso são as Mesorregiões, Metropolitana de São Paulo e Rio de Janeiro, nas quais as atividades dos setores secundário e Terciário predominavam em 2000 o emprego formal, assim como os valores do PIB, já as atividades ligadas ao setor primário, se mostravam muito pouco representativas.

Para o ano de 2010 a Tabela 3 mostra que as 11 variáveis selecionadas, após a rotação foram reduzidas a três fatores (F1, F2 e F3) que explicam 77,988% da variância total das variáveis selecionadas.

Tabela 3 - Raiz Característica, porcentual explicado por cada fator e variância acumulada - 2010.

Table 3 - Characteristic root, percentage explained by each factor and accumulated variance – 2010.

Fator	Raiz Característica	Variância Explicada pelo fator (%)	Variância Acumulada (%)
F1	3,972	36,109	36,109
F2	3,255	29,587	65,695
F3	1,352	12,293	77,988

Fonte: Resultados da Pesquisa

Para o ano de 2010, primeiro fator (F1), é o que apresenta maior percentual de explicação da variância. As variáveis sociais se sobressaíram tanto positiva como negativamente, como mostra a Tabela 4. Três variáveis apresentaram uma alta correlação positiva: Primeiro a Urbanização, segundo o PIB *per capita* e terceiro a Renda Domiciliar *per capita*. Já a variável Bolsa Família e a Escolaridade apresentaram as maiores correlações negativas. Assim, como no ano de 2000 em mesorregiões onde se tem uma maior população urbana os níveis de renda são mais altos, isso implica em menores gastos com Programas Sociais. Já a elevada correlação negativa da escolaridade sugere que nas áreas urbanas ocorria em 2010 uma maior evasão escolar.

Tabela 4 - Cargas Fatoriais e Comunalidades das variáveis do IDER – 2010

Table 4 - Factorial loads and communalities of REDI variables – 2010

Variável	F1	F2	F3	Comunalidades
Urbanização	0,885	0,096	0,077	0,799
Renda Domiciliar per capita	0,86	-0,026	-0,201	0,781
Escolaridade	-0,739	0,159	0,356	0,698
Homicídios	0,095	0,261	0,844	0,79
Bolsa Família	-0,925	0,122	0,135	0,889
PIB per capita	0,87	0,041	0,13	0,775
PIB Agropecuária	-0,386	-0,813	-0,095	0,818
PIB Indústria e serviços	0,115	0,837	0,015	0,713
Emprego Agropecuária	0,078	-0,91	0,116	0,848
Emprego Secundário e Terciário	-0,078	0,91	-0,116	0,848
Exportação	0,453	-0,354	0,537	0,619

Fonte: Resultados da Pesquisa

Para o segundo fator (F2), as variáveis econômicas apresentaram maior correlação. A maior correlação positiva foi do PIB e Emprego formal da indústria e serviços, enquanto a

maior correlação negativa foi do PIB e emprego formal da agropecuária. Mostrando em mesorregiões “especializadas” nos setores secundário e terciário, as atividades ligadas ao setor primário são menos representativas.

O terceiro fator (F3) apresentou um percentual menor na variância, mas não deixa de ser importante. Neste fator a variável com maior correlação positiva foi a taxa de homicídios, traduzindo o aumento no número de homicídios na maior parte das mesorregiões. Já a maior correlação negativa foi apresentada pela variável Renda Domiciliar *per capita*. Em mesorregiões onde se tem uma renda maior se mostram menores níveis de violência.

De modo geral as características entre as variáveis não mudaram muito de 2000 para 2010, pois o primeiro fator no qual explica o maior percentual de variância em ambos os anos evidenciou as variáveis sociais. O segundo fator a qual tem explicação menor da variância, evidencia as variáveis que traduzem a estrutura produtiva das mesorregiões, ou seja, se as regiões são baseadas em atividades do setor primário ou secundário e terciário.

A principal diferença entre o período de análise é a de que no ano de 2010 houve o aumento de um fator, deixando em evidência o aumento do número de homicídios principalmente em mesorregiões onde se têm uma Renda Domiciliar *per capita* menor. Outra variável que passou a se destacar foi a de exportações deixando em evidência a sua importância para o desenvolvimento econômico.

5 O ESTAGIO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO REGIONAL BRASILEIRO

De acordo com os dados da pesquisa, no ano de 2000 o Brasil apresentou oito Mesorregiões em Estágio avançado, 35 em transição, 64 estagnadas e 30 em estágio retardatário, conforme se apresenta na Tabela 5. Já de 2000 para 2010, houve algumas diferenças no resultado do IDER, mas não se apresentou nem uma mudança exorbitante no perfil da sua distribuição espacial apesar na melhora geral, que se observou no período analisado.

Tabela 5 - Distribuição dos estágios de desenvolvimento econômico regional, por Região do Brasil – 2000-2010

Table 5 - Distribution of regional economic development stages, by Region of Brazil – 2000-2010

Estágio	Avançado		Em Transição		Estagnado		Retardatário	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Norte	0	0	5	5	10	10	5	5
Nordeste	0	0	3	7	21	25	18	11
Centro-Oeste	1	1	3	3	6	7	5	4
Sudoeste	7	5	14	20	14	10	2	2
Sul	0	1	10	12	13	10	0	0
Total	8	7	35	47	64	62	30	21

Fonte: Resultados da Pesquisa

Em 2010, houve redução no número de mesorregiões em estágio Avançado, mas uma Mesorregião do Paraná passou para esse Estágio (Metropolitana de Curitiba). Em 2010, 47 Mesorregiões concentraram-se estágio de transição enquanto no estágio estagnado o número caiu para 62, por fim no estágio retardatário o número caiu de 30 em 2000 para 21 em 2010.

Na Região Norte não houve Mesorregião em estágio avançado nos anos de análise. Nesta regionalidade o que predominou foi o estágio estagnado, assim, cinco Mesorregiões se mostraram em Transição e cinco estagnadas. Nesta Região a melhor classificação do IDER foi da Mesorregião Sul do Amapá assim como no ano de 2010, onde está localizado o Município de Macapá, capital deste Estado, e como consequência abrange as atividades administrativas. Nesta Região, o menor valor do IDER no ano de 2000 foi o da Mesorregião de Marajó, onde se teve uma baixa taxa de urbanização neste ano, assim como o PIB e Renda Domiciliar *per capita* é uma das menores do país. Já no ano de 2010 o menor IDER foi da Mesorregião Sul Amazonense, na questão social como econômica, traduzindo a baixa taxa de urbanização, assim como a baixa Renda Domiciliar *per capita*, assim como o alto gasto com o Programa Bolsa Família por Habitante, assim como os baixos valores de PIB e emprego formal, em comparação a outras regiões.

Na Região Norte se manteve o mesmo número de Regiões em cada estágio. O melhor IDER em 2000 e 2010 foi na Mesorregião Sul do Amapá, as atividades do setor primário e terciário se mostraram mais expressivas na correlação realizada. Estas atividades representavam em 2010 95% dos empregos formais da Mesorregião, e 85% do PIB, o que traduz principalmente a importância do setor terciário na Capital do Estado. Já o menor IDER da Região foi da Mesorregião Sul Amazonense, que apresentou correlação negativa nos três

fatores (F1, F2 e F3) mostrados na Tabela 4, traduzindo a baixa taxa de urbanização, assim como a baixa Renda Domiciliar per capita, o alto gasto Programas Sociais por Habitante, e os baixos valores de PIB e emprego formal.

Quanto a Região Nordeste, as Mesorregiões em Transição passaram de 03 para 07 no período de análise. O maior valor foi da Mesorregião Metropolitana de Fortaleza, que de acordo com a análise fatorial apresentou as atividades industriais e de serviços são mais expressivas. Houve também menos gastos com a variável Bolsa Família por habitante, além de um aumento no número de pessoas que frequentavam creche ou escola, equiparando-se a Regiões em estágio de desenvolvimento mais avançado. Em contrapartida na Região, a Mesorregião Extremo Oeste Baiano, apresentou o menor valor, inclusive o menor IDR do Brasil. Resultado de uma deficiência tanto em indicadores sociais como econômicos. Retrata-se que no período analisado houve um avanço no desenvolvimento da Região Nordeste sendo retratado pela queda do número de Mesorregiões retardatárias, e o aumento das regionalidades estagnadas e em Transição.

Na Região Centro-Oeste houve uma melhora nos estágios de desenvolvimento, sendo retratada pela diminuição no número de regionalidades retardatárias. E em ambos os anos o Distrito Federal obteve o maior IDR do Brasil, esta, apresentou alta correlação em ambos os fatores (apresentados na Tabela 2 e Tabela 4), ou seja, mostrou uma alta urbanização, um alto valor em todos os indicadores, com exceção da variável Bolsa Família que se mostrou em queda, o que foi benéfico ao resultado.

Já o menor IDR da Região em ambos os anos foi da Mesorregião Nordeste Mato-grossense, que obteve em 2000 uma baixa representatividade das atividades urbanas, assim como em outras Mesorregiões deste Estado, outro aspecto dessa localidade é a alta taxa de homicídios (14,73) que fez desta regionalidade mesmo com altos indicadores de renda, apresentar baixo índice de desenvolvimento, demonstrou a baixa representatividade dos setores secundário e terciário, que assim como em outras regiões do Mato Grosso apresentam um maior PIB e emprego formal no setor primário. Esta Região principalmente nos Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, apresenta uma relevante importância da atividade agrícola, caracterizada por grande rentabilidade e produção de grãos que é a maior do País (IBGE, 2014). Já o Distrito Federal se caracteriza por altos valores de renda e PIB traduzindo sua importância como capital do país.

A Região Sudeste do Brasil, em ambos os anos apresentou o maior número de Mesorregiões em estágio avançado, que se concentravam primeiramente nos Estados de São

Paulo e Rio de Janeiro em 2000, e em 2010 o Espírito Santo também mostrou uma Mesorregião em estágio avançado (Central Espírito-santense). Em 2000 o maior valor de IDER ficou com a Mesorregião Metropolitana de São Paulo, apresentou um crescimento superior a outras regiões do país, como é o exemplo das indústrias que em se concentraram nesta Regionalidade. Esta Mesorregião apresentou correlação positiva em todos os fatores da análise fatorial, traduzindo a alta taxa de urbanização, grande representatividade dos setores secundário e terciário, altos PIB Renda Domiciliar *per capita*, somente à taxa de homicídios (62,67), a maior do país, se mostrou prejudicial ao desenvolvimento da localidade. Em 2010 o maior IDER foi da Mesorregião Norte Fluminense, que apresentou correlação positiva nos três fatores da análise fatorial, traduzindo a importância do PIB e Emprego do setor secundário e terciário, além dos bons resultados nos indicadores sociais como urbanização PIB e Renda Domiciliar *per capita*. Outras Mesorregiões do Sudoeste que apresentaram bons resultados do IDER foram a Metropolitana de São Paulo, Sul Fluminense e Central Espírito-santense que apresentaram as mesmas características do Norte Fluminense.

As duas Mesorregiões em estágio Retardatário do Sudeste, se localizavam no Estado de Minas Gerais, sendo o menor IDER foi da Mesorregião Noroeste de Minas. Os resultados da correlação realizada mostraram uma menor taxa de urbanização em comparação a outras regiões, uma menor participação dos setores secundário e terciário, que são mais representativos em Regiões desenvolvidas. O mesmo aconteceu em 2010, quando esta regionalidade novamente com o menor IDER no Sudeste, apresentando menos importância dos setores secundário e terciário e uma grande dependência das atividades primárias, mas ainda sim esta Mesorregião com um IDER de 16,16, se apresenta mais desenvolvida que uma gama de Mesorregiões do País.

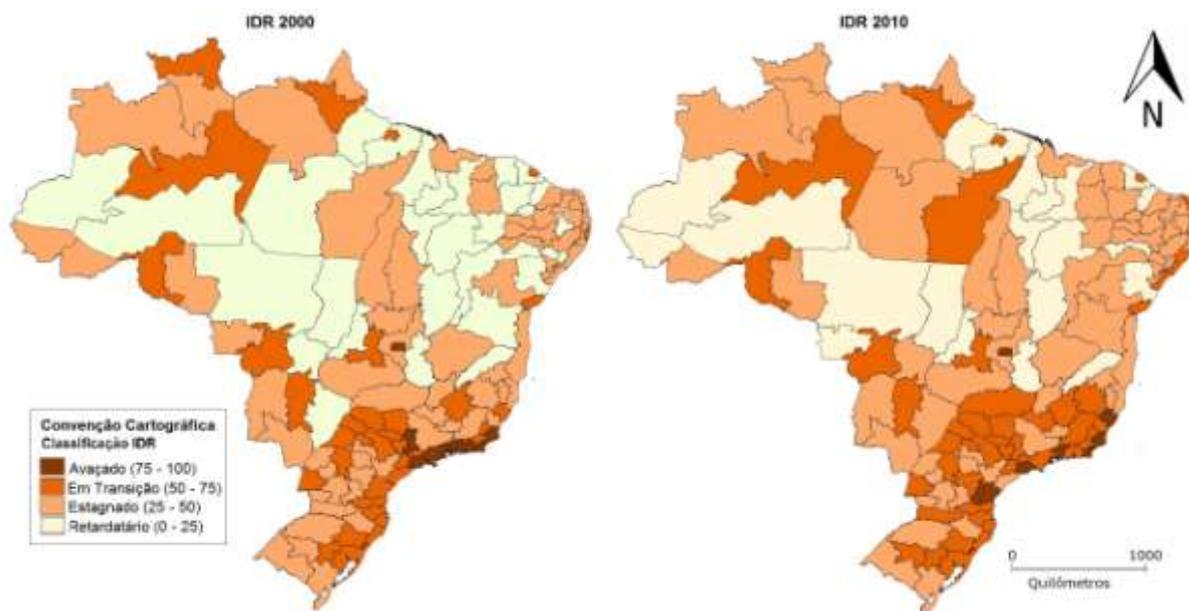
Na Região Sul, em 2000 as Mesorregiões se apresentaram apenas em estágio Estagnado ou em Transição. O maior IDER foi da Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre, apresentando correlação positiva em todos os fatores. Enquanto o menor IDER foi da Mesorregião Centro Ocidental Paranaense, demonstrando deficiência que havia tanto em indicadores sociais como econômicos.

Em 2010 ficou perceptível uma melhora no desenvolvimento das mesorregiões do Sul do Brasil, que novamente não apresentou regiões retardatárias. A mesorregião Metropolitana de Curitiba apresentou o maior IDER (76,32), com correlação positiva nos três fatores, refletindo a importância dos indicadores sociais e econômicos desta regionalidade. O menor IDER (26,75) foi da Mesorregião Sudeste Paranaense, que mostrou uma maior

dependência de atividades primárias, assim como uma baixa taxa de urbanização e um PIB *per capita* também baixo. Mas assim como na Região Sudeste, no Sul as Mesorregiões com menores valores de IDER superam o valor de outras Mesorregiões brasileiras.

Figura 2 - Índice de Desenvolvimento Econômico Regional nas Mesorregiões do Brasil 2000 e 2010

Figure 2 - Regional Economic Development index in Mesoregions in Brazil – 2000 e 2010



Fonte: Resultados da Pesquisa.

Pela Figura 2 se observa que o maior IDER no ano de 2000 foi no Distrito Federal, capital do País, seguido das Mesorregiões Metropolitana de São Paulo (SP), Metropolitana do Rio de Janeiro (RJ), Vale do Paraíba Paulista (SP), Sul Fluminense (RJ), Baixadas (RJ), Norte Fluminense (RJ) e Campinas (SP). No ano de 2010 além do Distrito Federal as Mesorregiões Norte Fluminense (RJ), Sul Fluminense (RJ), Baixadas (RJ), Central Espírito-santense (RJ), Metropolitana de São Paulo (SP) e Metropolitana de Curitiba (PR), apresentaram IDER em estágio avançado. Nestas regionalidades os principais indicadores que corroboraram para este resultado foram a alta taxa de urbanização, além da grande representatividade do setor de serviços que quando se divide pela população resulta em altos valores e PIB e Renda Domiciliar *per capita*. Nas Mesorregiões do Sudeste que se apresentavam em estágio avançado, traduz a evolução da economia do país e as disparidades regionais do país, pois desde o início do Século XX denota a concentração de população, e das atividades industriais.

No período analisado, as Mesorregiões em estágio de transição tiveram uma maior concentração maior nas Regiões Sul e Sudeste, se tornando mais escassas nas outras Regiões, onde se predominam os estágios de estagnação e retardatário.

O menor IDER do País foi na Mesorregião Extremo Oeste Baiano, outras 17 Mesorregiões se mostraram na Região Nordeste, as principais características destas localidades é uma baixa taxa de urbanização, uma maior dependência de atividades primárias, assim como menores valores de renda e assim valores mais altos da variável Bolsa Família. Neste estágio, houve uma diminuição de 30 em 2000 para 21 em 2010, mas a principal localização deste estágio estava nas Regiões Norte e Nordeste.

As características que se mostraram semelhantes em todos os estágios foram que o percentual de pessoas que frequentavam a escola em ambos os anos foi semelhante, assim como um fator negativo, que é a taxa de homicídios aumentou em todas as mesorregiões, inclusive naquelas em estágio mais avançado. As exportações também se mostraram significativas, o que segundo North (1955) é de extrema importância para o desenvolvimento de uma região.

Quanto maior a participação dos setores secundário e terciário e maior urbanização, as regiões são mais desenvolvidas. Isso retrata o que foi colocado por Kuznets (1985) onde que os principais aspectos da mudança estrutural incluem o deslocamento da atividade agrícola para a não agrícola e, recentemente, da indústria para serviços, o aumento de escala nas unidades produtivas e a relacionada passagem da empresa para organização impessoal das firmas com uma correspondente mudança no *status* ocupacional do trabalho.

5.1 QUAL A LIGAÇÃO COM A IDEIA DOS ESTÁGIOS DE DESENVOLVIMENTO

Ao se comparar o desenvolvimento das mesorregiões do Brasil com os estágios de desenvolvimento propostos por Rostow (1978), as mesorregiões mais próximas ao estágio de mercado interno ou “consumo em massa” foram aquelas classificadas como avançadas. Pois elas apresentaram altos valores do PIB *per capita*, ou seja, a taxa de crescimento da produção cresce mais do que a população, a renda da população é maior permitindo um maior consumo, assim como a indústria é mais representativa que a agricultura, representando assim a produção dos bens duráveis.

As Mesorregiões Em Transição possuem as características do estágio proposto como a “marcha para a maturidade”, pois apresentam uma evolução nas exportações, caracterizando uma maior importância do comércio internacional, assim como apresentaram uma

consolidação da atividade econômica (setor secundário e terciário e PIB *per capita*). Algumas das Mesorregiões no estágio de Transição apresentaram características do arranco, pois são aquelas onde novas indústrias com altas taxas de crescimento, passaram a surgir, o que está acontecendo, por exemplo, em algumas localidades do Centro-Oeste do Brasil, se dependia basicamente de atividades primárias, e as indústrias ali instaladas passaram a transformar a estrutura produtiva.

Mesmo as Regiões com os menores resultados do IDER não mostraram características do primeiro estágio que é a sociedade tradicional, mas sim das Pré-condições para o arranco. Pois em todo o território do país foram observadas por menor que sejam melhorias principalmente no que tange ao social, o que é traduzido pela melhora no percentual de pessoas frequentando escola ou creche, representando o capital humano que é essencial para o desenvolvimento. Dessa forma passa-se a depender não só de funções de produção limitadas e se passa a buscar melhorias na infraestrutura.

CONCLUSÃO

O objetivo deste texto foi analisar o perfil e o estágio de desenvolvimento econômico regional do Brasil por meio da análise regional, abrangendo suas Mesorregiões no período de 2000 a 2010.

Para analisar as disparidades regionais do desenvolvimento econômico foi construído um Índice de Desenvolvimento Econômico Regional (IDER), e dessa forma classificou-se as mesorregiões em Avançadas, Em Transição, Estagnadas e Retardatárias. O que possibilitou ver a evolução das mesorregiões no período.

De 2000 para 2010, ocorreram algumas mudanças no resultado do IDER, mas não se apresentou nem uma mudança exorbitante no perfil da sua distribuição espacial apesar na melhora geral, que se observou no período analisado. Em cada Região do país foram encontrados diferentes perfis de desenvolvimento, retratando fielmente o que se expos quanto ao histórico de desenvolvimento do País, além de traduzir o que se mostrou quanto à distribuição do PIB.

Os resultados de 2000 indicaram que oito mesorregiões estavam em estágio Avançado, 35 em Transição, 64 Estagnadas e 30 em estágio Retardatário. O melhor IDER nesse período foi no Distrito Federal, e as outras sete mesorregiões se localizavam nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. As mesorregiões em Transição se localizavam mais nas Regiões Sul e Sudeste. Enquanto as mesorregiões estagnadas estavam mais distribuídas

especialmente. Por fim, o menor IDER foi na Mesorregião Extremo Oeste Baiano (BA), que se localiza na Região Nordeste, que em 2000 tinha 18 mesorregiões retardatárias.

Para o ano de 2010, sete mesorregiões se mostraram Avançadas, sendo o maior IDER novamente do Distrito Federal, e o restante nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro (três mesorregiões), Espírito Santo e Paraná. Sugerindo que a queda no número de mesorregiões Avançadas foi dada pela desconcentração deste estágio, que antes se localizava somente em três estados e agora se concentra em cinco. Quanto ao estágio de Transição, ela se confirmou em 47 mesorregiões, enquanto o estágio Estagnado obteve 62 e o retardatário 21, o que mostra mais claramente o desenvolvimento das mesorregiões brasileiras.

Os resultados mostraram características muito semelhantes nas mesorregiões em cada estágio. Nas mesorregiões Avançadas ocorreu uma maior taxa de urbanização, uma maior representatividade dos setores secundário e terciário, e um “abandono” do setor primário, assim como maiores níveis de renda e conseqüentemente menores gastos com programas sociais. Em contra partida em regiões mais retardatárias é denotada uma maior participação do setor primário, menor taxa de urbanização, assim como uma maior dependência de programas sociais.

Outra característica observada: em praticamente todos estados as mesorregiões onde se concentram as capitais dos Estados mostraram melhores níveis de desenvolvimento regional. Assim como um “corredor de desenvolvimento” formado por mesorregiões de áreas litorâneas dos estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro.

Conclui-se que apesar de um avanço no desenvolvimento econômico das mesorregiões brasileiras, as mesorregiões do Sudeste e Sul estão em estágios de desenvolvimento mais avançado, enquanto que as regiões Norte e Nordeste apresentam-se em estágios mais retardatários. O Centro-Oeste apresentou uma evolução principalmente no Mato Grosso do Sul e Goiás, pois é uma região onde se tem altos valores de produção agrícola, e nos últimos anos denota-se a instalação de indústrias nessas localidades. Além das disparidades entre as macrorregiões do Brasil, percebem-se disparidades no desenvolvimento forma intrarregional, ou seja, na mesma região há uma grande disparidade no estágio de desenvolvimento das Mesorregiões.

REFERÊNCIAS

AZZONI, R. C. 2002. Sobre a Necessidade da Política Regional. In CON, A. *Unidade e Fragmentação: A questão regional no Brasil*. São Paulo-SP, Perspectiva.

- BACHA, C. J. C. 2004. *Economia e Política Agrícola no Brasil*. São Paulo, Atlas.
- BAER, W, 2002. *Economia Brasileira. Tradução de Edite Sciuli. 2ª ed, São Paulo, Nobel, 509 p.*
- BANCO DE DADOS AGERGADOS IBGE. Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acessado em 04/04/2014
- BEZERRA, F. 2007. A. Análise fatorial. In: CORRAR, L. J.; PAULO, E.; DIAS FILHO, J. M. (Orgs). *Análise Multivariada para cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia*. São Paulo, Atlas. p. 73-129.
- BOISIER, S, 2000. Desarrollo (local): De qué estamos hablando: In: BECKER, D. F.; BANDEIRA, P. S. (org.). *Determinantes e Desafios Contemporâneos*. Vol. 1. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, p. 129 –147.
- CUNHA, A.; SIMÕES R.; PAULA, J. 2005. A. *Regionalização e História: uma contribuição introdutória ao debate teórico – metodológico*. Disponível em <http://www.cedeplar.face.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20260.pdf>. Acessado em 05/05/2014
- DATASUS – Informações demográficas e socioeconômicas. Disponível em <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0206>. Acessado em 30/07/2014.
- EBERHARDT, P. H. C. 2013. *Estágios do Desenvolvimento Econômico Regional no Sul do Brasil*. Toledo, PR. Dissertação de Mestrado (Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, 103 p.
- FERRERA DE LIMA, J.; ALVES, L. R.; EBERHARDT, P. H. C.; DEL BIANCO, T. S. 2012. Mensurar as desigualdades regionais no Brasil: proposta metodológica. In: ETGES, V.; AREND, S. C. *Cepal: leituras sobre o desenvolvimento latino-americano*. Santa Cruz do Sul, EdUnisc, p. 270-290.
- GUALDA, N. L. P. IDR. 1995. *Proposta Metodológica*. Texto para Discussão. Programa de Mestrado em Economia – PME. Universidade Estadual de Maringá.
- HIRSCHMAN, A. 1961. *Estratégia do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.
- IPEADATA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: [_www.ipeadata.gov.br_](http://www.ipeadata.gov.br). Acesso em 2 de Maio/2014.
- KUZNETS, S. 1985. Crescimento econômico moderno: descobertas e reflexões. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, vol. 39(2), p. 225-239.
- _____. 1986 *Crescimento econômico moderno: ritmo, estrutura e difusão*. 1ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 336 p.
- _____. 1983. Crescimento Econômico e Desigualdade de Rendimento. In: SILVA, M. (Org.) *Desenvolvimento econômico e repartição do rendimento*. Lisboa, Estampa, p. 21-50.
- LIMA, A. E. M. 2006. A teoria do desenvolvimento regional e o papel do Estado. *Análise Econômica*. Porto Alegre, vol. 45, p. 65-90.
- MELLO, C. O. 2006. *Caracterização do desenvolvimento rural dos municípios paranaenses: uma análise com base na estatística multivariada*. Maringá, PR. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Economia - Mestrado) Universidade Estadual de Maringá - UEM.
- MYRDAL, G. 1968. *Teoria Econômica e regiões subdesenvolvidas*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Saga, 208 p.
- NORTH, D.. 1955. Location Theory and regional economic growth. *Journal of*
- PELINSKI, A. 2007. *Padrão de desenvolvimento econômico dos municípios do Paraná: disparidade, dispersão, e fatores exógenos*. Toledo, PR. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio). Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste.

PEREIRA, J. C. 2001. *Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais*. 3º ed. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo.

PERROUX, F.1977. O conceito de polos de crescimento. In.: SCHWARTZMAN, J. *Economia Regional: textos escolhidos*. CEDEPLAR/CETEDRE – MINTER. Belo Horizonte.

PIACENTI, C. A.; FERRERA DE LIMA, J.; ALVES, L. R.; PIFFER, M.; RIPPEL, R. 2012. *Análise Regional: metodologias e indicadores*. Curitiba-PR, Camões.

PIACENTI, C.A. 2009. *O potencial de desenvolvimento endógeno dos municípios paranaenses*. Viçosa, MG. Tese de Doutorado (Doutorado em Economia Aplicada). Universidade Federal de Viçosa (UFV). 224 p.

RAIS- Relação Anual de Informações Sociais. Disponível em <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php>. Acessado em 01/08/2014.

ROSTOW, W. W. 1978. *Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista*. Rio de Janeiro, Zahar Editores. 6ª ed., 1978.

SARMENTO, A. D. 2008. *Etapas do desenvolvimento econômico no Brasil – Um Exercício Rostowiano*. São Paulo, SP. Dissertação de Mestrado (Pós-Graduação de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas). Universidade de São Paulo (USP). 199 p.

SEN, A. K. 2000. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.

SILVA, E. P.; OLIVEIRA, E. A. A. Q.; ARAUJO, E. A. S. 2012. O conceito de desenvolvimento econômico regional: uma revisão teórica. In: *The 4th International Congress on University-Industry Cooperation*. Taubate – SP.

SINGER, P.1985. *Economia política da urbanização*. 2ª ed. São Paulo: Contexto. 151 p.

VIEIRA, E. T.; SANTOS M. J. 2012. Desenvolvimento econômico regional – uma revisão histórica e teórica. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*. Taubaté, vol. 08 (02), p.344-369.

Cristiane Fernanda Klein

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócios - PGDRA - Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE/Toledo. Graduada em Ciências Econômicas (2014) pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) - Campus de Toledo. Técnica em Agropecuária pelo Colégio Agrícola Estadual de Toledo. Membro do Grupo de Pesquisa em Agronegócio e Desenvolvimento Regional (GEPEC), do(a) Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

E-mail: cristiane.fklein@gmail.com

Endereço: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Colegiado de Economia. RUA DA FALCULDADE, 645, Jd Santa Maria – CEP 85903000 - Toledo, PR - Brasil

Jandir Ferrera de Lima

Doutor em Desenvolvimento Regional (Ph.D.) pela Universidade do Québec(UQAC)/Canadá. Professor dos Programas de Pós-graduação em Economia e Desenvolvimento Regional e Agronegócio (Mestrado e Doutorado) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)/Campus de Toledo. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, pesquisador do Núcleo de Desenvolvimento Regional da UNIOESTE. Pesquisador associado do Grupo de Pesquisas em Intervenção Regional (GRIR) da Universidade do Québec e do Centro de Pesquisas sobre o Desenvolvimento Territorial (CRDT) do Canadá. Foi professor visitante na Escola Venezuelana de Planejamento (Venezuela) e no Centro de

Desenvolvimento Territorial da Universidade Babes Boulyai da Romênia. Dentre os prêmios recebidos se destacam: prêmio de excelência do departamento de Ciências Humanas da Universidade do Québec (Canadá); Premio BRDE de Desenvolvimento, em várias edições; prêmio Economista Acadêmico do Ano (2015).

E-mail: jandirbr@yahoo.ca

Endereço: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Colegiado de Economia. RUA DA FALCULDADE, 645, Jd Santa Maria – CEP 85903000 - Toledo, PR - Brasil

APÊNDICE

DIVISÃO DAS MESORREGIÕES BRASILEIRAS POR REGIÃO E ESTADO

Estado	Mesorregião	Nº Mesorregião	Estado	Mesorregião	Nº Mesorregião
Norte			MS	Leste de Mato Grosso do Sul	70
AC	Vale do Juruá	1	MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	71
AC	Vale do Acre	2	GO	Noroeste Goiano	72
AM	Norte Amazonense	3	GO	Norte Goiano	73
AM	Sudoeste Amazonense	4	GO	Centro Goiano	74
AM	Centro Amazonense	5	GO	Leste Goiano	75
AM	Sul Amazonense	6	GO	Sul Goiano	76
AP	Norte do Amapá	7	DF	Distrito Federal	77
AP	Sul do Amapá	8	Sudoeste		
PA	Baixo Amazonas	9	MG	Noroeste de Minas	78
PA	Marajó	10	MG	Norte de Minas	79
PA	Metropolitana de Belém	11	MG	Jequitinhonha	80
PA	Nordeste Paraense	12	MG	Vale do Mucuri	81
PA	Sudoeste Paraense	13	MG	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	82
PA	Sudeste Paraense	14	MG	Central Mineira	83
RO	Madeira-Guaporé	15	MG	Metropolitana de Belo Horizonte	84
RO	Leste Rondoniense	16	MG	Vale do Rio Doce	85
RR	Norte de Roraima	17	MG	Oeste de Minas	86
RR	Sul de Roraima	18	MG	Sul/Sudoeste de Minas	87
TO	Ocidental do Tocantins	19	MG	Campo das Vertentes	88
TO	Oriental do Tocantins	20	MG	Zona da Mata	89
Nordeste			ES	Noroeste Espírito-santense	90
AL	Sertão Alagoano	21	ES	Litoral Norte Espírito-santense	91
AL	Agreste Alagoano	22	ES	Central Espírito-santense	92
AL	Leste Alagoano	23	ES	Sul Espírito-santense	93
BA	Extremo Oeste Baiano	24	SP	São José do Rio Preto	94
BA	Vale São-Franciscano da Bahia	25	SP	Ribeirão Preto	95
BA	Centro Norte Baiano	26	SP	Araçatuba	96
BA	Nordeste Baiano	27	SP	Bauru	97
BA	Metropolitana de Salvador	28	SP	Araraquara	98
BA	Centro Sul Baiano	29	SP	Piracicaba	99
BA	Sul Baiano	30	SP	Campinas	100
CE	Noroeste Cearense	31	SP	Presidente Prudente	101
CE	Norte Cearense	32	SP	Marília	102
CE	Metropolitana de Fortaleza	33	SP	Assis	103
CE	Sertões Cearenses	34	SP	Itapetininga	104
CE	Jaguaribe	35	SP	Macro Metropolitana Paulista	105
CE	Centro-Sul Cearense	36	SP	Vale do Paraíba Paulista	106
CE	Sul Cearense	37	SP	Litoral Sul Paulista	107
MA	Norte Maranhense	38	SP	Metropolitana de São Paulo	108
MA	Oeste Maranhense	39	RJ	Noroeste Fluminense	109
MA	Centro Maranhense	40	RJ	Norte Fluminense	110
MA	Leste Maranhense	41	RJ	Centro Fluminense	111
MA	Sul Maranhense	42	RJ	Baixadas	112
PB	Sertão Paraibano	43	RJ	Sul Fluminense	113
PB	Borborema	44	RJ	Metropolitana do Rio de Janeiro	114
PB	Agreste Paraibano	45	Sul		
PB	Mata Paraibana	46	PR	Noroeste Paranaense	115
PE	Sertão Pernambucano	47	PR	Centro Ocidental Paranaense	116
PE	São Francisco Pernambucano	48	PR	Norte Central Paranaense	117
PE	Agreste Pernambucano	49	PR	Norte Pioneiro Paranaense	118
PE	Mata Pernambucana	50	PR	Centro Oriental Paranaense	119
PE	Metropolitana de Recife	51	PR	Oeste Paranaense	120
PI	Norte Piauiense	52	PR	Sudoeste Paranaense	121
PI	Centro-Norte Piauiense	53	PR	Centro-Sul Paranaense	122
PI	Sudoeste Piauiense	54	PR	Sudeste Paranaense	123
PI	Sudeste Piauiense	55	PR	Metropolitana de Curitiba	124
RN	Oeste Potiguar	56	SC	Oeste Catarinense	125
RN	Central Potiguar	57	SC	Norte Catarinense	126
RN	Agreste Potiguar	58	SC	Serrana	127
RN	Leste Potiguar	59	SC	Vale do Itajaí	128
SE	Sertão Sergipano	60	SC	Grande Florianópolis	129
SE	Agreste Sergipano	61	SC	Sul Catarinense	130
SE	Leste Sergipano	62	RS	Noroeste Rio-grandense	131
Centro-Oeste			RS	Nordeste Rio-grandense	132
MT	Norte Mato-grossense	63	RS	Centro Ocidental Rio-grandense	133
MT	Nordeste Mato-grossense	64	RS	Centro Oriental Rio-grandense	134
MT	Sudoeste Mato-grossense	65	RS	Metropolitana de Porto Alegre	135
MT	Centro-Sul Mato-grossense	66	RS	Sudoeste Rio-grandense	136
MT	Sudeste Mato-grossense	67	RS	Sudeste Rio-grandense	137
MS	Pantanaís Sul Mato-grossense	68			
MS	Centro Norte de Mato Grosso do Sul	69			